

## Confiança e cultura política

*“A esperança constante chama-se confiança...  
O desespero constante chama-se desconfiança”*

(Thomas Hobbes)<sup>1</sup>

A frase de Thomas Hobbes, extraída de *O Leviatã*, publicado em 1651, revela alguns ângulos importantes sobre a análise das relações de confiança nas instituições sociais estabelecida entre os indivíduos e suas instituições públicas. No ideário hobbesiano, a constituição de um Estado forte não poderia estar dissociada de um mínimo de aquiescência por parte do povo à condução dos rumos da nação pelos governantes. Em sua hipótese contratualista, um suposto “*estado de natureza*” social seria substituído pelo consenso generalizado entre os indivíduos acerca da necessidade do Estado; este se legitimaria na medida em que, entre governantes e governados, se constituísse um sistema de reciprocidade (de troca) que, conseqüentemente, enraizaria a confiança mútua. É neste sentido que, para Bourdieu,

*“O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (...) O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança”* (BOURDIEU, 2004, p. 188).

Assim, o campo do político, em suas relações com os representados, se constitui numa *fides*, num compromisso firmado mutuamente nas relações de reciprocidade e confiança: “(...) o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (BOURDIEU, 2004, p. 188). Tomando como pano de fundo esse aspecto teórico, e analisando um conjunto de conceitos

---

<sup>1</sup> Cf. *Leviathan*, London, Penguin Classics, edited by C. B. Macpherson, 1985, p. 123 (no original: “Constant hope, confidence... Constant despayre, diffedence...”) (Edição brasileira: São Paulo, Editora Nova Cultural (Os Pensadores), 1999, p. 60).

emprestados da Sociologia Política, este capítulo tem por objetivo analisar a importância e os significados atribuídos ao conceito de *confiança nas instituições sociais* em relação às avaliações sobre a adesão e o desempenho das instituições políticas democráticas.

Será, no entanto, importante iniciar a análise deste ponto caracterizando as singularidades associadas às instituições políticas brasileiras e o impacto destas em nossa cultura política. Importa demonstrar que, muito embora o brasileiro, e mais especificamente o jovem da presente pesquisa, venha demonstrando sua aquiescência ao regime político democrático, o equilíbrio entre esta adesão à *democracia política* e a satisfação com a resolução de demandas pelo sistema político, é frágil. Em que pese nossa tentativa de esboçar um tipo ideal de *homo civicus* brasileiro, pautado pela idéia de uma maré crescente do “*cidadão crítico*”, a fragilidade do equilíbrio entre adesão e satisfação tem impacto concreto e substantivo na opinião do cidadão comum (tal como, igualmente, ficou demonstrado ao final do primeiro item do capítulo 2).

#### 4.1.

#### **Condicionantes da cultura política brasileira**

Essa aguçada percepção, da relação de fragilidade entre adesão e satisfação com o regime democrático brasileiro, já passara sob o crivo de importantes intérpretes de nossa realidade, objeto de extensas análises sobre a construção do moderno Estado-nação. Diversos autores já mencionados no capítulo anterior, como Oliveira Vianna (1987), colocaram em foco a problemática construção daquela relação entre representantes e representados. Um passo a mais foi dado por Raymundo Faoro (1977) e Simon Schwartzman (1982) que procuraram analisar a formação e expansão de nossas modernas estruturas estatais através das permanências induzidas pela via de “modernização conservadora”. Implicaria este fato na construção de um tipo de “*Estado burocrático-patrimonial*”, misto de dominação racional-legal e alongamento de

traços da dominação tradicional<sup>2</sup>, onde os interesses privados se sobreporiam aos interesses públicos<sup>3</sup>. Em seguida, abordaremos as implicações do “*patrimonialismo moderno*” na vida social brasileira, para, logo adiante, procurar contextualizar esses esboços explicativos através da percepção sobre o sistema democrático na atualidade.

Segundo Faoro, a sociedade brasileira fora moldada segundo um tipo de “*estamento patrimonialista*” oriundo de funcionários do Império – que serviam à Coroa portuguesa e, já no período republicano, do grupamento de funcionários que cercavam o chefe do Executivo. Mas, segundo o autor, esse modo específico de configuração da arena política brasileira não seria uma reminiscência do passado rural, ou ainda, um alongamento do poder dos senhores locais de terra. A máquina estatal colocada em movimento pelos “estamentos burocráticos” nunca servira aos interesses dos imperativos da dominação racional-legal; antes, corresponde a uma visão de que o poder conferido aos funcionários não é uma função pública, mas objeto de apropriação privada, privilégios concedidos aos grupos atados aos “*anéis burocráticos*” do Estado (CARDOSO, 1973, pp. 99 e ss.). Assim, o Estado brasileiro não se fundamentaria na representação dos interesses do homem comum e, sim, na acomodação dos interesses da administração tradicional. Nessa medida, para Faoro, o patrimonialismo teria se alongado no tempo e permanecido como traço distintivo da burocracia do Estado brasileiro:

*“Característico principal, o de maior relevância econômica e cultural, será o predomínio, junto ao foco superior de poder, do quadro administrativo, o estamento que, de aristocrático, se burocratiza progressivamente, em mudança de acomodação e não estrutural”* (FAORO, 1977, p. 736).

---

<sup>2</sup> As conceituações de “*dominação racional-legal*”, “*dominação tradicional*”, “*burocracia*”, “*patrimonialismo*” e “*estamento*” são oriundas da obra de Max Weber (1978).

<sup>3</sup> Esta mesma chave de análise é uma constante na obra de outros autores que analisaram as especificidades da cultura política no Império brasileiro, dos quais podemos citar: José Murilo de Carvalho (*A construção da ordem e Teatro das sombras*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003), Fernando Uricoechea (*O minotauro imperial*, Rio de Janeiro, Editora DIFEL, 1978) e Ilmar Rohloff de Mattos (*O tempo saquarema*, São Paulo, Editora HUCITEC, 2004).

Ao contrário de outras interpretações que insistem no fato da ausência de uma sociedade feudal no desenvolvimento histórico brasileiro<sup>4</sup>, Faoro argumenta que o capitalismo moderno fora implantado no Brasil, mas não de forma espontânea – com a autonomia do burguês que deflagraria o desenvolvimento da esfera econômica descolonizada da esfera estatal. Pelo contrário, afirma Faoro,

*“Enquanto o sistema feudal separa-se do capitalismo, enrijecendo-se antes de partir-se, o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia”* (FAORO, 1977, p. 737).

A caracterização de “capitalismo politicamente orientado” seria uma forma de organização pré-capitalista, ancorada e moldada através do aparelhamento estatal, obedecendo aos seus interesses. É nesse sentido que a burocracia se constituiria apenas em um “*formalismo do Estado, a sua consciência e sua vontade, só excepcionalmente autônoma*” (FAORO, 1977, p. 737)<sup>5</sup>.

A abordagem que Faoro faz acerca da formação do Estado moderno brasileiro se afirma em um dado importante sobre a emergência e estruturação de uma cultura política afim com o tipo de dominação política tradicional. Na medida em que os “estamentos” se institucionalizam no corpo estatal, estes se separam da esfera de interesses do cidadão comum. O Estado se fortalece independentemente dos interesses coletivos, não se constituindo enquanto arena pública de diálogo civil e de formação cívica.

Numa outra chave interpretativa, Schwartzman argumenta que o patrimonialismo moderno, ou “*neopatrimonialismo*”, não se serve apenas como uma caracterização da permanência de estruturas de dominação tradicional. Como

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, a obra de Caio Prado Jr., *Formação da Brasil contemporâneo* (São Paulo, Brasiliense, 2006).

<sup>5</sup> Segundo Cesar Guimarães, numa análise advinda da teoria de Marx, esta formação capitalista se caracterizaria como “*domínio burguês político incompleto*”, justamente pelo fato de que o poder Executivo (“*bonapartismo*”) se ancora e coloniza a esfera econômica e os interesses comuns. Nesta formação, há certo grau, maior ou menor, de influência da burguesia, “*mas não na direção dos negócios do Estado*” (GUIMARÃES, 1988, p. 39). Assim, a esfera do mercado não se autonomiza completamente, deixando de se configurar como elemento de formação da sociabilidade do homem comum.

forma atualizada de dominação política, realizada através de um estrato social específico, um campo social autônomo, o neopatrimonialismo funciona dentro das estruturas de um tipo de domínio político racional-legal; muito embora, como ressalta o autor,

*“Assim como a dominação racional-legal pode degenerar em totalitarismo burocrático, é possível para este tipo de burocracia subsistir somente com seu componente racional, mas sem seu componente legal. Este é, em uma palavra, o elo teórico que faltava para a compreensão adequada dos sistemas políticos neopatrimoniais: a existência de uma racionalidade de tipo exclusivamente ‘técnico’, onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica seja mínimo ou inexistente”* (SCHWARTZMAN, 1982, p. 49).

Tal como ressaltado no capítulo anterior, aqui se esboça uma dinâmica em que a ausência do conflito social – que, de alguma forma seria mediado pelo Estado – favorece “*gramáticas políticas*” (NUNES, 1999) assentadas, por exemplo, em formas como o “corporativismo estatal”<sup>6</sup>. Em última instância, a centralização administrativa, o clientelismo e o insulamento burocrático, criam as condições necessárias de institucionalização das estratégias de desenvolvimento das instituições políticas brasileiras (NUNES, 1999, pp. 32, 36 e 50).

Em que pesem permanências das dinâmicas entre as gramáticas políticas brasileiras, ao se redemocratizar (em 1985) o Brasil ampliou as esferas de participação da sociedade civil, além de estabelecer padrões bastante estáveis de modernização da democracia política. A seguir, serão estudados como esses condicionantes da cultura política brasileira podem ser examinados a luz da opinião de uma juventude que, se de um lado coloca claramente a adesão aos valores democráticos, por outro lado se sente insatisfeita com o desempenho do sistema político.

---

<sup>6</sup> A diferença entre “corporativismo estatal” (onde há a cooptação dos interesses, ou a intermediação destes, sem a incorporação da participação da sociedade civil) e “corporativismo societal” (modo em que o Estado institucionaliza, em suas esferas de deliberação, a participação da sociedade civil organizada), é feita no clássico artigo de Phillippe C. Schmitter (“Still the century of corporatism?”, in, *The review of politics*, Notre Dame, 36(1), 1974).

## 4.2.

### Adesão e satisfação com o regime e sistema democrático

Como demonstrado no primeiro capítulo, a reflexão sobre cultura política e cívica ganhou relevância depois da II Grande Guerra, quando então países acometidos pelos regimes autoritários, puderam reconstruir regimes democratizantes. Para tanto, contribuíram, em grande medida, os estudos de corte “culturalista”<sup>7</sup>, que pretendiam compreender a experiência dos cidadãos com as suas instituições. É por esta via teórica que procuraremos analisar os padrões de percepção dos jovens entrevistados pela pesquisa sobre a cultura política e cívica; assim como, a partir dos recursos teóricos mobilizados, poderemos apreender o quanto essa camada atribui importância à *cultura* na conformação do regime democrático.

A leitura sobre a cultura política brasileira, a partir das percepções de jovens da rede de ensino privada e pública, oferecida pelos dados do *survey* da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, estará ancorada na perspectiva culturalista. Assim, não se pretende aqui caracterizar um tipo de *homo civicus* brasileiro, porque este tipo ideal fora criado para a compreensão de regimes democráticos originários (ALMOND & VERBA, 1965; TOCQUEVILLE, 1997), mas apontar para um ideal-tipo em vias de construção. A idéia de trabalhar com essa construção no Brasil contemporâneo, para alguns autores (REIS, 1998; SANTOS, 1994), seria inócua, justamente pelo fato de que nossa institucionalização democrática é recente e difere, portanto, daquela constituição originária, sem a qual o *homo civicus* não encontraria espaço para desenvolver-se. Nossa hipótese sugere que, mesmo não sendo originária, a consolidação da

---

<sup>7</sup> A longa tradição de “estudos culturalistas” (entre as décadas de 1950 e 1970) promoveu a inserção das teorias de cultura cívica e de capital dentro de uma linha muito específica de estudos sobre o desenvolvimento político. Segundo Harry Eckstein (1988) e Paulo Krischke (1997), duas correntes, a “culturalista” e a “racionalista”, se contrapõem nos estudos e análises do desenvolvimento político. A linha culturalista caracteriza o indivíduo como *homo civicus* (socializado num ambiente cultural de valores morais, tais como, virtude, civismo, valorização da comunidade); essa linha teórica é herdeira do “humanismo cívico”, que se estende de Maquiavel a Tocqueville (1987), passando pelas investigações de Robert Bellah (1985) e as considerações comunitaristas de Charles Taylor. Os autores que compartilham da linha racionalista – consubstanciada pela escolha racional, teoria dos jogos e *public choice* –, caracterizam o indivíduo como *homo oeconomicus* (utilitarista, centrado nos próprios interesses, calculador das próprias ações); essa teoria adveio, principalmente, da tradição liberal, tal como exposta na obra de John Locke, chegando à elaboração neo-contratualista de John Rawls e o ortodoxismo neo-liberal.

democracia no Brasil mostraria, de alguma forma, a proposta de enraizamento de uma pedagogia cívica para a construção daquele tipo ideal de cidadão socializado num ambiente plenamente democratizado.

Na avaliação da cultura política de um regime democrático, seguindo esse pano de fundo teórico, importa perceber a efetividade – em termos de sustentabilidade e governabilidade – que os indivíduos (no caso em tela, jovens da rede de ensino pública e privada) atribuem ao funcionamento do sistema político. Segundo David Easton,

*“apenas os inputs de reivindicações não são suficientes para manter um sistema político em operação. (...) A energia sob a forma de ações ou orientações promovendo ou se opondo a um sistema político, (...) devem também ser postas no sistema para mantê-lo em movimento. (...) Sem apoio, as reivindicações não poderiam ser satisfeitas ou os conflitos transformados em objetivos”* (1970, p. 31).

Para esse autor, se os atores políticos devem agir na resolução das demandas sociais colocadas, eles não poderiam fazê-lo sem o “apoio” necessário, que é forjado na convergência (ou consenso) entre comunidade, tipo de regime e governo. O “apoio” ao sistema está referido às *compliances* estabelecidas com os atores que vão procurar solucionar suas demandas na arena política. O “apoio” ao regime político se refere à adesão consentida aos *“arranjos que regulam o modo pelo qual as reivindicações existentes no sistema são resolvidas e o modo pelo qual as decisões são colocadas em prática”*. A adesão, portanto, ao regime liga-se diretamente à legitimação e compreensão das *“regras do jogo”* (EASTON, 1970, pp. 32 e 33).

Na pesquisa empírica com jovens do Rio de Janeiro, verificou-se que, para a grande maioria dos jovens (39,7% da rede de ensino pública, 42% da rede pública de “excelência” e 62,3% da rede privada) a democracia é referida como o “melhor regime”; muito embora, quando citem “inadequado/necessidade de governo forte” (35,4% da rede de ensino pública, 35,3% da rede pública de “excelência” e 19% da rede privada), os jovens estejam perigosamente defendendo um Estado forte, que fosse mais atuante e exercesse um papel mais decisivo no enfrentamento de questões sociais.

**TABELA 8**  
**ADESÃO AO REGIME DEMOCRÁTICO**

Opinião sobre a democracia	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de excelência	Rede Particular
<b>Melhor regime</b>	39,7	42,0	62,3
<b>Inadequado / necessidade de governo forte</b>	35,4	35,3	19,0
<b>Mal necessário</b>	4,9	9,7	7,7
<b>Não me interessa</b>	2,9	2,4	1,4
<b>Regime de corrupção e violência</b>	16,9	9,2	8,7

É importante ressaltar, igualmente, diferenças entre as redes de ensino. Se por um lado é consensual a adesão ao regime democrático, por outro lado, há uma diferença marcante entre, principalmente, a rede particular e a rede pública. A associação de “inadequação” em relação ao regime democrático é sentida de maneira mais intensa nos colégios da rede pública (35,4% apontaram essa alternativa no *survey*, quando perguntados “democracia no Brasil é...”, contra apenas 19% de estudantes da rede particular).

Quando o regime democrático é caracterizado como o “melhor regime”, os jovens tendem a associar a democracia como aquela capacitada para agregar demandas sociais diversificadas<sup>8</sup>. A percepção de que o regime democrático é “melhor” do que outras modalidades de regimes políticos é um dado relevante e bastante antenado com as tendências latino-americanas, como demonstra o trabalho de Marta Lagos (2000) no instituto chileno Latinobarômetro (citada mais abaixo). Porém, a esta adesão plena ao regime político democrático, está vinculada uma percepção crítica de que “na prática” – ou seja, na esfera do desempenho do sistema – existe uma exigência de aprimoramento na gestão da

<sup>8</sup> Essa é uma perspectiva correlata aos estudos políticos contemporâneos, nos quais a ênfase recai sobre a valorização das “diferenças”. Seria, igualmente, uma tese correlata a de “*radicalização da democracia*”, tal como exposto em Laclau e Mouffe (2006 e 1995).



coisa pública e de modernização da cultura democrática. Este fato aparece nas opiniões citadas abaixo, que poderiam ser colocadas como representativas deste fato:

*“[Para o] Brasil o melhor é a democracia mesmo porque é a única capaz de lidar com tantas diferenças”* (Colégio da rede particular).

*“Acho que é melhor a democracia. Mas acho que ela tem que ser bem exercida, tem que ser bem melhor do que agora”* (Colégio da rede particular).

*“Hoje em dia, dos sistemas que já foram criados e que nós já tivemos até hoje, ela seria teoricamente o mais justo. Mas ele é feito por seres humanos que são sujeitos a corrupção... E falando especificamente sobre o Brasil, o Brasil não é um país que tem uma cultura democrática. Nós tivemos várias ditaduras e o nosso povo não sabe o significado de democracia. Democracia é o governo do povo. E as pessoas não sabem disso. Para elas o governante é um superior que está ali pra mandar na gente, ele é que tem que resolver os problemas e fazer tudo por nós”* (Colégio da rede particular).

*“Democracia no caso, seria comum acordo entre os cidadãos e faltam idéias que unam e façam a nossa nação crescer. Falta eles se unirem e perguntarem para o povo”* (Colégio da rede pública).

*“A gente até tem uma democracia concretizada no Brasil, todo mundo tem direito à escolha, mas tem a ignorância da população que [torna as coisas para] os políticos muito fáceis.(...) A democracia no seu ideal funcionaria muito bem, mas na prática é muito diferente”* (Colégio da rede pública de “excelência”).

É importante ressaltar, ainda, as duas opiniões citadas abaixo, que procuraram apontar para a questão da importância de pessoal capacitado para dirimir sobre as questões importantes para o coletivo, e, para como a vinculação e conformação do regime democrático com a expansão do capitalismo moderno, atualmente, é um dado que deve levar a busca de soluções “humanitárias”:

*“Mas quem é que sabe o que é melhor pra todo mundo, na minha opinião, é quem tem mais informação. Nem todo mundo tem condição de analisar a situação, só quem pode ver a coisa de um panorama mais geral é que pode analisar melhor e ver o que é melhor pra maioria, analisar a situação. Tem gente que nem sabe o que é melhor pra si mesmo”* (Colégio da rede particular).

*“[O ideal] seria uma tentativa de aproximar mais experiências humanitárias com o capitalismo”* (Colégio da rede particular).

É nessa via de adesão ao regime democrático, das grandes transformações operadas com a “terceira onda” de democratização (HUNTINGTON, 1994), que

a cultura política na nação se reordenou, com a promulgação da Constituição de 1988, e pôde estabelecer um elo de conexão com os interesses da sociedade. Nela, contida uma ‘filosofia pública’ que procura aproximar cada vez mais o homem comum das instituições e das esferas de deliberação, a democracia política se legitima enquanto regime de governo, não só na esfera institucional (reorganização dos partidos políticos, eleições competitivas, livres e idôneas, etc.), mas, também, enquanto afirmação do cidadão de que “*a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo*” (LAGOS, 2000).

Muito embora o ‘apoio à democracia’ e à ‘defesa’ do regime sejam, por si só, fatores de considerável mudança na percepção sobre a cultura política, vertendo esse diagnóstico para a consolidação e sustentabilidade do regime<sup>9</sup>, ainda é um questionamento de investigações recentes (ficando claro na afirmação dos jovens sobre a “necessidade de governo forte”), a razão pela qual persistem tão baixos os índices de ‘satisfação com o regime democrático’.

Lagos nos oferece uma possibilidade de resposta a esse questionamento. Muito embora, a partir das rodadas de aplicação de *surveys* pelo instituto chileno Latinobarômetro, 50% dos brasileiros afirmem apoiar a democracia (69% defendem o regime democrático ante outras formas de governo como o autoritarismo), só 20% estão satisfeitos com o sistema político e 4% oferecem uma visão do país enquanto uma “*democracia plena*” (LAGOS, 2000, p. 11). A autora, referenciada pelas investigações de corte culturalista, nos mostra que,

*“Dada a história da região, com seu legado de colonialismo espanhol (assim como o português), seguido pelo regime dos grandes proprietários de terra e a prevalência da pobreza e do autoritarismo, não é surpreendente reconhecer a origem das tendências comuns que os latino-americanos desenvolveram como consequência: permanecer em silêncio com relação aos seus sentimentos e intenções verdadeiros, e enfatizar as aparências. Silêncio e aparência – gêmeos da desconfiança – têm sido historicamente uma ferramenta crucial para sobrevivência”* (LAGOS, 2000, p. 2)

---

<sup>9</sup> Este é um dado citado em pesquisas do instituto Latinobarômetro que se estende para a grande maioria das recentes democracias latino-americanas, como demonstram as pesquisas de Marta Lagos (2000).

Ao associar esse diagnóstico à metáfora forjada por Octávio Paz, qual seja, a “*máscara sorridente*”<sup>10</sup>, Lagos demonstra, primeiro, as dificuldades e os dilemas – herdados de “traços socioculturais profundamente enraizados” – que os povos latino-americanos enfrentaram no enraizamento de uma cultura democrática; segundo, ela nos aponta, as lutas políticas desses povos na esteira da redemocratização, apoiadas por amplas reformas econômicas, promoveram sua entrada no moderno *laissez-faire*. Mas, embora a ‘grande onda’ de modernização que afetou os sistemas políticos tenha provocado a idéia de que “*não é possível estabilidade sem crescimento econômico, e crescimento sustentado é impossível sem bases institucionais sólidas*”, a idéia de uma “*cultura cívica latino-americana inatingível*”, ancorada solidamente nos traços do personagem do *homo civicus*, ainda poderia ser assemelhada à imagem da máscara sorridente (LAGOS, 2000, pp. 2, 3 e 4).

Na pesquisa com os jovens da cidade do Rio de Janeiro, podemos começar a apreender um pouco dessa visão quase que “inatingível” de nossa cultura cívica, a partir da percepção que essa camada tece sobre a atuação da classe política. É representativo da investigação, o dado de que 55,7% dos jovens matriculados na rede pública de ensino, 55,9% dos da rede pública de “excelência” e 44,9% da rede privada, apontarem para o fato de que a política é apropriada para o “interesse pessoal” dos atores com ela envolvidos, enquanto que, para 25,5% – média extraída das três redes de ensino pesquisadas – a “maioria é demagoga”. Esse é um ponto de vista da avaliação política que recupera alguns diagnósticos de nosso déficit no desenvolvimento político democrático.

Parte desse diagnóstico de nossa complicada modernização e democratização, produzida por inúmeras gerações de pensadores (ressalte-se os autores trabalhados nos capítulos anteriores e neste, Sérgio Buarque Holanda, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Oliveira Vianna), atesta a falta – ou “*atrofia*” – de nosso elemento civil de cidadania (CARVALHO, 2001 e 2002) e o engessamento de nossas instituições como causas do “déficit democrático”. A falta de uma educação para a cultura cívica e de coesão social entre os brasileiros seriam conseqüências de uma institucionalização da ordem democrática realizada

---

<sup>10</sup> A metáfora de Paz, utilizada por Lagos para caracterizar o traço comum do estilo de “cultura cívica latino-americana”, pode ser encontrada no *O labirinto da solidão* (São Paulo, Paz e Terra, 2006).

‘de cima para baixo’ (REIS, 1998; SANTOS, 1994). Sendo as raízes de nossa “modernização conservadora” ibéricas ou não, o fato é que a nação brasileira não teria conhecido – tal como nas grandes ‘revoluções democráticas originárias’ do mundo ocidental (EUA, França, Inglaterra) – uma “habituação democrática” (MOISÉS, 1995) que conferisse à sociedade dos indivíduos as características do *self-government* e a autonomia em relação aos seus próprios interesses.

**TABELA 9**  
**PERCEPÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DOS POLÍTICOS**

Avaliação da política	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de excelência	Rede Particular
interesse pessoal dos políticos	55,7	55,9	44,9
A maioria é eficiente	11,7	,9	5,9
maioria é demagoga	24,3	26,3	26,1
sociedade tem políticos que merece	8,0	7,5	9,6
outro	,3	8,5	11,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Se de um modo geral, a avaliação do sistema político se assemelha a diagnósticos de nossa *malaise* política, não se tornam estranhos os dados sobre a avaliação e percepção sobre o grau de representatividade dos políticos: 41% dos jovens da rede pública de ensino, 54,8% da rede pública de “excelência” e 35,5% da rede privada acreditam que a classe política não seria representante de suas demandas, enquanto 27,7% – média das três redes de ensino – acreditam que políticos “são um mal necessário”. Essa é uma avaliação, assim como a do sistema político, que pode ser considerada negativa.

*“A democracia é um sistema que apresenta problemas porque é um sistema que não funciona pragmaticamente de forma rápida. Porque ele vai ouvir as diferentes partes e você vai ter que considerar as opiniões mais diferentes e mais*

*escabrosas pra você montar o seu programa final. Eu acho que a democracia ela pressupõe uma responsabilidade e uma ética muito grandes e que a gente muitas vezes não observa”* (Colégio da rede pública de “excelência”)

É sob esse pano de fundo que procuraremos associar a percepção e avaliação dos jovens sobre sua cultura política, com a questão da importância da confiança política, e seu impacto, na conformação do regime democrático – entendido esse conceito como componente básico, não só para estruturação ontológica do indivíduo na contemporaneidade (GIDDENS, 1991), mas igualmente como valor democrático de sustentação do “apoio” e da “*compliance*” à sociedade democrática.

#### **4.3. A confiança nas instituições da sociedade e a opinião da juventude do Rio de Janeiro**

Atualmente, nas teorias de cultura cívica e capital social, o conceito de *confiança* (interpessoal e nas instituições) é um indicador importante na avaliação do desenvolvimento e do desempenho dos sistemas e instituições políticas (PUTNAM, 2005). Embora haja, atualmente, uma vaga de controvérsias a respeito deste conceito (WARREN, 2004; FERES JR. & EISENBERG, 2006) – principalmente se ele pode ser operacionalizado para a compreensão de aspectos estruturantes das democracias políticas – essa investigação se propõe a demonstrar que os regimes políticos não se legitimam, nem se formalizam, sem um pano de fundo cultural-valorativo, no qual a confiança política tem um importante papel.

Como já demonstrado acima, Putnam (2005) colocara a confiança generalizada (nos “outros” – vizinhos, amigos, família – e nas instituições) como um dos pilares básicos do estoque de capital social de uma sociedade democrática. A confiança interpessoal estaria associada à capacidade de se estender este valor aos “outros generalizados”; ou seja, saindo da esfera de socialização primária (família), a confiança seria um sentimento que avançaria para espaços mais impessoais de sociabilidade. Esses recursos morais, de alguma forma, reforçariam a sociabilidade e socialização cívica. A confiança nas instituições públicas (governos) se relacionaria com as “cognitive orientations” dos indivíduos em

relação a determinados objetos da ação política de gestores, legisladores, órgãos burocráticos, entre outros. Para Putnam, as duas formas de confiança se inter-relacionam: na medida em que a confiança em instituições do mundo público diminui em determinada sociedade, a capacidade de estender este valor aos “outros” (vizinhos, membros de uma associação de bairro, por exemplo), igualmente sofre um declínio. O “contexto cívico”, na pesquisa levada a cabo pelo autor, se desenvolve a partir desses dois pilares básicos. Inglehart (2004) igualmente sugere que a confiança interpessoal e nas instituições está associada à estabilidade de sociedades democráticas, o que, por sua vez, aumenta as condições para o desenvolvimento econômico e as vantagens para promoção do “bem-estar”. Referenciado por diversificadas investigações sociais, dentre as quais a de Putnam, o autor coloca:

*“interpersonal trust is essential to the cooperation with strangers that is a prerequisite for large-scale economic organizations, on which modern industrial economies are based. Thus, as Putnam demonstrates, networks of collaboration and a culture of interpersonal trust developed long ago in northern Italy; their greater development in the North helps explain why that region subsequently showed much more economic development than the South”* (INGLEHART, 2004, p. 89).

No que diz respeito à confiança interpessoal, inúmeras controvérsias foram levantadas. Muito embora Mark Warren e seus colaboradores tenham se debruçados sobre os fatores que relacionam “democracia e confiança”, este autor sugere que *“democracy depends more on interpersonal trust than on trust in political institutions and elites, not all kinds of interpersonal trust are good for democracy”* (WARREN, 2004, p. 8). O ponto crítico para estas elaborações, segundo Feres Jr. e Eisenberg (2006), se encontra na persistência das teses levantadas pelas teorias da modernização, permitindo reducionismos na narrativa da modernidade. Assim, seria o ‘capitalismo moderno de corte protestante’ aquele tipo ideal que associaria os dois modos de confiança à democratização. Portanto, certas regiões do globo, como os países periféricos, não seriam atingidos pela onda desta herança cultural histórica (FERES JR. & EISENBERG, 2006, pp. 460-1).

Segundo Kenneth Newton (1999) as duas formas de representação da *fides* (ou crença, de uma forma geral) – confiança social e confiança política – não se

confundem; ou seja, uma não leva, necessariamente, à outra – tal como nas afirmações de Inglehart e Putnam, por exemplo. Segundo o autor,

*“Much writing tends to assume that trust is all of a piece, that social trust and political trust are different sides of the same coin, and that social trust created by voluntary organizations and a strong civil society tends to create or strongly reinforce political trust. Conversely, the assumption often seems to be a confidence and trust in political institutions and officials is built on the basis of a strong civil society, well-developed organizations and associations in the community, and high levels of trust between citizens”* (NEWTON, 1999, p. 179).

Tal como enfatizaremos a seguir, seguindo a maré crescente de “cidadãos críticos”, as duas formas básicas de confiança apontam para distintos modos de compreensão do jovem, a respeito da sociedade em que vive. Particularmente apontaremos para o fato de que, como ressaltou Warren, *“declining forms of trust in government could indicate that citizens are becoming more sophisticated about judging government officials”* (WARREN, 2004, pp. 347-8).

Através dos dados e opiniões coletados com jovens do Rio de Janeiro, poderemos verificar que, se é crescente o fenômeno da “desconfiança” nas instituições republicanas (polícia e partidos políticos) e nos representantes (políticos), estes confirmam, em alguma medida, a avaliação do desempenho, negativa, esboçada por eles no item anterior. Em relação à polícia, o sentimento de confiança é muito baixo: os dados que apontam para “pouca” ou “nenhuma” confiança tendem a demonstrar uma homogeneidade que, em última instância, revela a distância que a instituição policial tem da vida do cidadão comum.

Na percepção dos jovens, é claramente expresso esse sentimento de desconfiança e, no limite, medo. As opiniões expressas abaixo conferem substância à percepção de “cercamento” vivida por diversas camadas populacionais. Ou seja, ao invés de promover o fortalecimento da liberdade através da segurança, o aparelhamento institucional da polícia – e ainda mais os fatores que apontam para escalada da *“criminalidade e sociabilidade violenta”* (SILVA, 2008, pp. 36-44) – funciona de modo a instaurar um clima tenso de desordem e instabilidade:

*“Eu prefiro não estar perto de policiais. Se você for parado numa blitz e o cara acha alguma coisa ali é só você dar 100 reais pro cara que ele te libera. Isso é safadeza... não da pra confiar”* (Colégio da rede particular).

**TABELA 10**  
**CONFIANÇA NA POLÍCIA**

O quanto de confiança você tem na polícia?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
<b>Muita</b>	5,4	1,9	0,7
<b>Alguma</b>	17,4	18,3	17,6
<b>Pouca</b>	43,7	50,2	47,6
<b>Nenhuma</b>	33,1	28,6	33,4
<b>Não respondeu</b>	0,3	0,9	0,7
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Essa visão de estudantes da rede particular de ensino, apesar de ser correlata a dos jovens da rede pública, demonstra uma diferença na percepção. Por exemplo, para o jovem da rede pública – como se sabe até mesmo pelo noticiário – a desconfiança no aparelhamento policial vem associado ao medo com a violência que, muitas vezes, é provocada no conflito entre quadrilhas de traficantes e policiais; ou, o que é ainda mais grave, na relação entre a figura do ‘bandido’ e a figura do ‘funcionário da segurança pública’.

*“Tem polícia que se confia mais; a PM por exemplo, não dá pra confiar nada na PM, mas a polícia federal até vai. A PM é capaz de eles te roubarem. Mas na PF, até porque eles são mais bem remunerados. O salário do PM é tão pouco que seria mais lucro o bandido dar uma propina: aí, não sobe no meu morro não”* (Colégio da rede pública).

É importante frisar a associação que os jovens fazem entre polícia, a bandidagem e a corrupção. Eles afirmam claramente que, em não se tornando bandidos, os policiais não conseguem sobreviver dentro da própria instituição. E, não surpreende a relação que fazem da figura do policial com a figura dos políticos. Em última instância, poderíamos associar esses dados críticos ao



fenômeno de “hobbesianismo social”, que Santos (1994, pp. 108-9) associa à “descrença e desconfiança generalizada”:

*“Eu acho que a polícia agora tá virando bandido”* (Colégio da rede pública).

*“Hoje em dia todo o policial é corrupto e os que não são não crescem na polícia, são mortos, são mandados embora”* (Colégio da rede privada).

*“É que nem os políticos, eles vão se tornando muito ambiciosos. Se os bandidos derem dinheiro eles vão aceitar, porque eles não ganham bem, sabe?”* (Colégio da rede pública).

Ao se debruçar sobre a relação de confiança nos partidos políticos, a impressão crescente de descrédito desta instituição entre os jovens (é quase homogêneo o dado de “pouca” confiança), se mostra muito nítida; embora ainda persista algum crédito nos partidos políticos – principalmente sentido na rede particular de ensino – se comparados aos dados de confiança nos “políticos” (analisados mais abaixo).

**TABELA 11**  
**CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS**

O quanto de confiança você tem nos partidos?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
<b>Muita</b>	1,7	2,3	3,2
<b>Alguma</b>	11,4	13,6	29,4
<b>Pouca</b>	50,9	46,5	44,7
<b>Nenhuma</b>	35,7	36,6	21,6
<b>Não respondeu</b>	0,3	0,9	1,1
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

A visão crítica dos jovens em relação aos partidos se assemelha ao “modelo ‘máfia’” (SANTOS, 1994, p. 112), em que há uma privatização do mundo público em causa própria das organizações partidárias. Na opinião desses

jovens, é bastante claro o sentimento de afastamento dos partidos políticos dos interesses da sociedade que, no limite, são avaliados como *gangs*:

*“Digamos: tem uma cara de direita e outro de esquerda. Eles se elegem, a gente crente que vai mudar, que vai fazer e acontecer e não acontece nada! (...) Não tem diferença de partido. Eles estão preocupados com eles mesmos, em ganhar dinheiro, ir lá fazer a campanha dele e ir embora, só pra continuar no poder” (Colégio da rede pública de “excelência”).*

*“O partido pra mim é Gang pra roubar dinheiro. Todos eles, pra mim não tem outro jeito” (Colégio da rede pública).*

*“Acho que eles só estão pensando na questão do dinheiro. A questão de se preocupar, de fazer alguma coisa, acho que eles não estão nem aí. Acho que é mesmo conseguir o cargo, ganhar um dinheiro e fazer mesmo não fazem nada” (Colégio da rede pública).*

No que diz respeito a este sentimento de afastamento, os jovens ainda colocam o problema da ideologia partidária. Assim, provocado pela sensação de instabilidade no universo dessas instituições públicas, os jovens não conseguem estabelecer diferenças ideológicas, o que compromete a satisfação com o sistema político, lembrando que, na sua percepção, os partidos políticos têm mais credibilidade do que os próprios atores políticos (representantes):

*“Deveria ser o partido governando porque ai existe um cunho ideológico. Mas hoje em dia os partidos não têm mais esse vínculo. No Brasil a maioria da população vota na pessoa e não no partido” (Colégio da rede particular).*

*“Os partidos políticos aqui no Brasil, qual é a diferença de um partido pro outro? Os políticos ficam pulando de partido em partido o tempo inteiro, como é que a gente pode saber a diferença entre as ideologias dos partidos, se eles ficam mudando o tempo todo, como é que a gente pode saber qual é a ideologia deles?” (Colégio da rede particular).*

*“Pra mim, partido político não é só feito de político. Tem toda a militância, tem gente que já está no partido há 20 anos, eu conheço gente assim, pessoas que fundaram o partido e que nunca estiveram em governo nenhum. São pessoas honestas. Eu acho que é por isso que o partido teve uma maior credibilidade que os políticos.” (Colégio da rede pública).*

Assim como nos partidos políticos, quando questionados sobre a confiança nos políticos (ou nos representantes), percebe-se claramente que a maioria dos jovens expressa desconfiança em relação aos homens públicos. Ressalvando-se

alguma pequena diferença entre a rede particular e a rede pública de ensino, a visão de desconfiança é generalizada: são 52,6% na rede pública, 56,4% na rede pública de “excelência” e 36% na rede particular que demonstra não ter “nenhuma” confiança nos políticos, conforme a tabela abaixo:

**TABELA 12**  
**CONFIANÇA NOS POLÍTICOS**

O quanto de confiança você tem nos políticos?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
<b>Muita</b>	1,1	0,9	0,9
<b>Alguma</b>	8,3	10,4	14,5
<b>Pouca</b>	38,0	32,2	48,5
<b>Nenhuma</b>	52,6	56,4	36,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Os jovens constroem uma imagem do mundo político dominado pela ganância, pelos interesses privatistas, o que não deixa de espelhar a literatura e os argumentos mencionados acima (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1982; NUNES, 1999). Essa imagem, segundo as falas abaixo, são inculcadas, ou seja, já se tornaram habituais:

*“Mas, os políticos que a gente já tem uma imagem formada, todo mundo já tem aquela opinião generalizada de que todo político é corrupto. Então com essa imagem que foi colocada na nossa cabeça já faz que a gente desacredite de todos eles, a gente nem separa mais o que é corrupto e o que é honesto. A gente pensa: quem pode ser um bom político neste meio?”* (Colégio da rede particular).

*“Pra mim todos os políticos são bonzinhos antes de ganhar a eleição. Depois que ganha começa a ver dinheiro na frente, a ganância cresce, aí quer mais do que deve, começa a meter a mão, aí pronto”* (Colégio da rede pública).

Esta imagem, em última instância, vem carregada de uma forte expressão de desconfiança nos políticos. É expressiva a consciência destes jovens quando

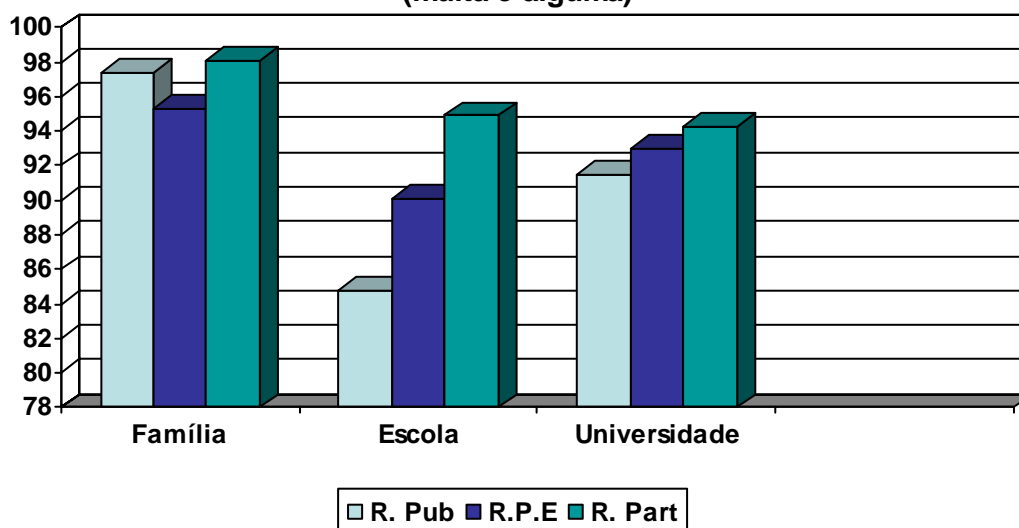
falam que seus representantes “não pensam na sociedade”; o que deixa entrever ainda mais a distância que o campo político criou com sociedade dos indivíduos:

*“Eu não confio em ninguém que esteja fazendo política, não sei, eu olho pra televisão e não me inspiram confiança. Eu não votei. Tem aquela história de que um voto sempre pode fazer a diferença, eu acredito que sim, mas não dá, eu não confio em nenhum deles”* (Colégio da rede particular)

*“Não pensam como um todo; só pensam na própria pessoa: ‘Há eu quero ganhar mais do que aquele. Eu posso mais, eu quero mais’. Não pensam na sociedade”* (Colégio da rede particular)

Enquanto cresce a percepção crítica de desconfiança generalizada com o a política, a confiança dos jovens é maior nas instituições de socialização primária (família e escola) e na universidade. O gráfico abaixo ilustra bem esta situação – que depois será comparada à baixa taxa de confiança política:

**Gráfico 4**  
**CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DO MUNDO DA VIDA**  
(muita e alguma)



A sensação de confiança mais fortalecida está nas instituições de sociabilidade mais próximas (escola e família). Este é um dado que já fora amplamente levantado por diversos autores da teoria social. Richard Sennett (1989) e Robert Putnam (2002), por exemplo, destacaram que o “*desengajamento*

*cívico*”, a erosão dos valores democráticos – tais como reciprocidade, solidariedade e confiança – além do esvaziamento dos espaços públicos, é um fenômeno crescente no mundo democrático. Desagregando esse dado através das opiniões dos jovens, podemos perceber, como representativo, que a família continua sendo a referência, o espelho no qual esse jovem deve se mirar:

*“A família cuida dos seus interesses, é nela que você encontra proteção e que você se apóia. Você não pode confiar em mais ninguém, nem em policial, nem no sistema que já é tão corrupto”* (Colégio da rede pública de “excelência”).

*“A família é o nosso núcleo, os pais se preocupam conosco, nos confortam”* (Colégio da rede pública).

*“Antigamente parece que as pessoas tinham mais orientação da família, mais educação, não ficava solto. A família é o espelho”* (Colégio da rede pública)

*“Eu acho que a família é a base de tudo, acho que você para viver bem tem que confiar na família”* (Colégio da rede pública).

Este sentimento de desconfiança generalizado com o mundo público – que, no limite, leva a uma crescente privatização das relações sociais – se mostra muito representativo na opinião do jovem abaixo. Essa fala pode ser uma lente para a relação do homem comum com o universo da sociabilidade – entendida enquanto aquela relação com o “outro generalizado”<sup>11</sup> – e com o mundo da política:

*“Na sua família, nos seus amigos, que você conhece então você confia. Mas lá fora você não conhece direito as pessoas, você pode se deixar levar pela aparência e de repente aquela pessoa pode te passar a perna, sabe... está cada uma querendo o seu ali...”* (Colégio da rede particular).

Aqui pode ser retomado um diagnóstico de Santos, para quem, “a segurança e a confiabilidade só existem no estrito âmbito do privado, da reclusão familiar. Os indivíduos se isolam e passam a não contar senão consigo próprios na luta contra a imprevisibilidade do mundo social” (SANTOS, 1994, p. 109).

<sup>11</sup> A noção de “other generalized” é desenvolvida na obra de George H. Mead. Para este autor, “the attitude of the generalized others is the attitude of the whole community” (MEAD, 1962, p. 154).

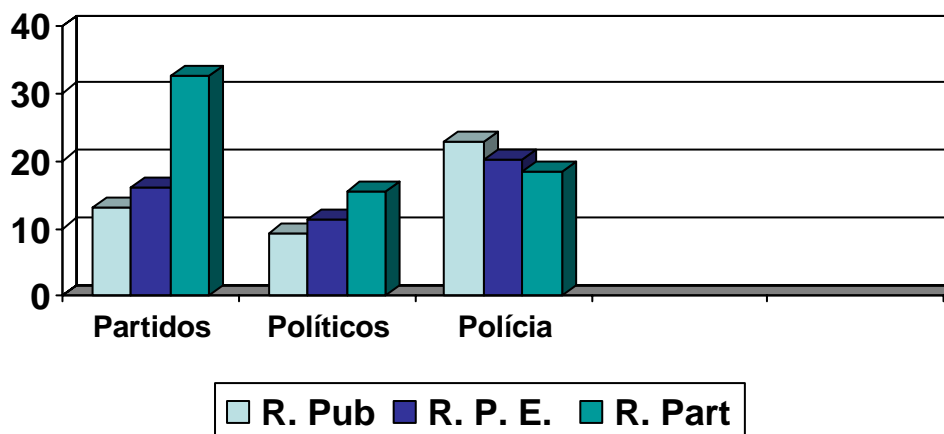
A imagem do “jogador de boliche solitário” (*bowling alone*), produzida como um símbolo do declínio da vida associativa nas sociedades democráticas contemporâneas – e que dá título a investigação de Putnam – é exemplar a respeito desta última opinião citada. Na pesquisa do cientista político norte-americano, se constata que,

*“la desconfianza algo mayor en el prójimo en general manifestada por quienes viven en grandes ciudades no es una paranoia peculiar nacida del modo de vida urbano, sino una expresión realista de sus auténticas experiencias y de las normas sociales de su entorno. (...) cuando los habitantes de las grandes ciudades expresan desconfianza social, están informando con precisión sobre algo relativo a su entorno social”* (PUTNAM, 2000, p. 181)

Não há aqui, como demonstrou Santos (1994), um quadro de “anomia social” – posto que não se trata de concordar que nossa cultura política é presa inescapável do estado hobbesiano, ou do “fenômeno ‘máfia’” – mas é expressiva a relação de causalidade: as crescentes tendências de desconfiança generalizada estão relacionadas a alguns objetos de avaliação (ou “cognitive orientations”, segundo Almond e Verba) com os quais os indivíduos entram em contato (por exemplo, partidos políticos, políticos e polícia, como demonstra o gráfico abaixo).

**GRÁFICO 3**

**CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS  
(muita e alguma)**



Ou seja, quanto maior a sensação de desconfiança no mundo público, menores se tornam as relações de confiança e reciprocidade com os “outros generalizados”; e maior se torna a tendência de privatização das relações sociais. Sennet é bastante preciso neste aspecto, ao lembrar que as “*tirantias da intimidade*” se tornaram um “*padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social*”. A perda de vínculos mais significativos com as representações da *res publica*, provoca uma gradual e constante transformação silenciosa nos valores mais básicos de construção do equilíbrio e do aprendizado que separa a vida pública e a vida privada (SENNETT, 1989, pp. 412-3)<sup>12</sup>.

Muito embora Putnam e Sennett, em algum nível, estejam corretos em seus diagnósticos, o fato mesmo de que a opinião dos jovens da rede pública e particular de ensino do Rio de Janeiro tenda para uma avaliação negativa das instituições de regulação e representação do mundo público, é reveladora de uma consciência crítica expressa pelo civismo e preocupação com os valores modeladores de uma cultura democrática. É importante, igualmente, lembrar que a ordem democrática somente pode encontrar espaço num ambiente de socialização cívica; ou seja, em um espaço público que promova o exercício da cidadania e estabeleça padrões mínimos de igualdade entre os indivíduos. Aqui, finalmente, acreditamos que os jovens do Rio de Janeiro (matriculados na rede de ensino pública e privada) se inscrevem nessas novas categorias (“justificação cívica” e “cidadãos críticos”) que procuram lidar com a experiência do homem comum com o universo da política.

---

<sup>12</sup> Argumentos correlatos aos de Sennett podem ser encontrados na obra de Christopher Lasch, para quem “*desde o término na Segunda Guerra Mundial, o fim do mundo assomou como uma possibilidade hipotética, mas, nos últimos vinte anos, a sensação de perigo cresceu ainda mais, não apenas porque as condições sociais e econômicas tornaram-se mais instáveis, mas porque a esperança em uma política reparadora, em uma auto-reforma do sistema político, sofreu uma rápida queda. A expectativa de que a ação política pudesse humanizar gradualmente a sociedade industrial deu lugar a uma determinação de sobreviver ao naufrágio geral ou, mais modestamente, de manter intacta a própria vida, face às crescentes pressões. O risco de desintegração individual estimula um sentido de individualidade que não é ‘soberano’ ou ‘narcisista’, mas simplesmente sitiado*” (LASCH, 1990, p. 10).